

# INFORMATIVO ONLINE APUR

Nº 58 - Cruz das Almas (BA) - 12 de Dezembro de 2016 - [www.apur.org.br](http://www.apur.org.br)

# ELEIÇÕES DA APUR — 2016 —

## 15 de Dezembro

### 9h às 12h / 13h às 16h



Participe e  
fortaleça  
o seu  
sindicato!



# SEU VOTO É FUNDAMENTAL

A eleição para a nova diretoria da Associação dos Professores Universitários do Recôncavo (APUR) será na próxima quinta-feira (15), das 9 às 12 e das 13 às 16, e é muito importante que todos/as docentes participem desse momento fundamental para a continuidade e fortalecimento de nosso sindicato. Participar da votação de seu sindicato é mais que escolher quem vai dirigi-lo nos próximos dois anos, é ter consciência de onde está depositando a confiança, é saber que a diretoria eleita fará tudo para defender os interesses de sua categoria e, ao mesmo tempo, saber que tem que não apenas cobrar esses interesses, mas também caminhar juntos na luta, pois um sindicato forte necessita da constante participação da base de sua categoria. O voto é, sem dúvida, a forma inicial que o docente tem de participar das lutas de seu sindicato, já que os resultados de tais lutas interferem diretamente nas condições de trabalho de toda a categoria. Então, não deixe de participar, seu voto é suma importância. Venha continuar fortalecendo seu sindicato.



## Entrevista com o futuro presidente da APUR, professor David Romão Teixeira

Na próxima quinta-feira (15), os professores da UFRB vão escolher a nova diretoria da APUR para os próximos dois anos. A disputa tem apenas uma chapa inscrita, a “APUR PELA BASE E DE LUTA”, composta pelos professores David Romão Teixeira (presidente), Ana Cristina Nascimento Givigi (vice-presidente), Juliano Pereira Campos (secretário), Albany Mendonça Silva (suplente do secretário), Givanildo Bezerra de Oliveira (tesoureiro), José Arlen Beltrão de Matos (suplente da tesouraria), Fátima Aparecida Silva (diretora executiva) e José da Conceição Santana (suplente da diretora executiva). Para que os/as docentes fiquem por dentro das propostas da chapa, entrevistamos o futuro presidente da APUR, professor David.

### O senhor é bastante atuante nas atividades sindicato. Em sua visão, qual a importância dessa atuação, de ser sindicalizado?

Eu tenho uma relação muito próxima com a APUR, estive na primeira gestão eleita e de lá para cá nunca mais deixei de contribuir com nosso sindicato, mesmo não estando na diretoria. Depois da APUR os/as professores/as da UFRB conseguiram muitas conquistas para a categoria e para universidade, algumas vezes por meio da negociação direta com a reitoria e, principalmente, por meio das duas greves que marcaram nossa história, 2012 e 2015, conquistas que vão do pagamento de auxílios e gratificações antes negadas, até a recente conquista das 8 horas mínimas para o ensino. Por isso não resta dúvida da importância de ser sindicalizado, de fortalecer a instituição que defende e protege a nossa categoria, de forma independente, sem necessitar ficarmos reféns das relações de dependência política com membros da administração.

### Quais os principais pontos do programa da Chapa?

O principal ponto é a defesa intransigente das condições de ensino e de trabalho na UFRB, condição que exige a luta pelas garantias orçamentárias para o bom funcionamento da universidade. Destaco também a criação de mecanismos democráticos que permitam uma maior participação dos sindicalizados das principais decisões e os aproximem cada vez mais da diretoria. No que se refere à UFRB, nosso principal ponto é discutir o projeto de universidade que queremos, que na nossa avaliação exige o início imediato da Estatuínte.

### Sabemos que o diálogo com a administração central é importante e inevitável. Que estratégia será usada para dialogar com a reitoria da UFRB?

O diálogo com a reitoria e com os demais representantes da administração é extremamente necessário, vários problemas podem ser resolvidos sem necessitar recorrer a outras instâncias e, às vezes, é mais rápido. Respeitamos e exigimos respeito à autonomia e independência dos representantes, o que nos possibilita atuar sem nenhuma limitação na defesa dos nossos interesses enquanto categoria. Nossa intenção primeira é cobrar o cumprimento da última pauta de negociação, que ainda tem pendências importantes, a partir daí avaliamos uma necessidade de manter mesas de negociação regulares para tratar das pendências e para discutir os rumos da universidade.

### Como a futura diretoria vai fazer para dá continuidade ao diálogo entre as categorias da universidade (docentes, discentes e servidores técnicos)?

Reconhecemos a necessidade de uma articulação política entre as representações das categorias em defesa da UFRB, sempre preservando nossa autonomia e independência. Nosso objetivo é continuar organizando espaços de discussão das pautas e de ações conjuntas.

### Quais providências serão tomadas para conseguir com que a pauta docente apresentada à reitoria seja atendida?

Não tem invenção neste quesito, utilizaremos os meios construídos pelo movimento sindical: negociação, mobilização e pressão política.

### Como a próxima gestão pretende lidar com as dificuldades da multicampia?

(Algo que também impede maior participação docente nas atividades do sindicato).

Planejamos utilizar recursos virtuais para atividades de formação política e discussões sem caráter deliberativo, com o objetivo de possibilitar uma maior participação de todos os/as professores/as interessados/as. Para os espaços de deliberação defendemos a experiência aprovada de realizar assembleias itinerantes, o nosso objetivo é criar condições de transporte para facilitar a participação, medida que irá requerer uma avaliação da nossa condição financeira.

### Quais pautas serão prioridade da futura gestão?

No atual momento político do país nenhum sindicato pode abrir mão de lutar contra o Golpe que vem atacando os direitos dos trabalhadores e suas organizações. Iniciaremos a gestão enfrentando os impactos da PEC 55 que congela salários, vagas nas universidades, e compromete o financiamento da UFRB, assim como teremos uma dura luta para derrubar a contrarreforma da Previdência e o ataque às leis trabalhistas. No âmbito local precisaremos combater os problemas internos do funcionamento da UFRB, que existem independentes dos cortes orçamentários e que tendem a acentuar com a escassez de recursos. A transparência na gestão dos recursos da universidade tomará o centro do debate, principalmente pelo esforço necessário de consolidar os campi de Santo Amaro e Feira de Santana, e o bom funcionamento dos campi já consolidados.

### Qual o balanço que o senhor faz da gestão atual?

Faço um balanço positivo. Precisamos reconhecer o empenho desta diretoria de estar com frequência em todos os campi, duvido que alguém tenha visitado, nestes dois anos, os Centros de Ensino mais do que a diretoria da APUR, e isto sem liberação sindical e com uma receita restrita. Além disso, a atual diretoria deixa um sindicato mais organizado, com mais filiados, e com uma estrutura mais profissional. Politicamente enfrentou os desafios na esfera nacional e local, sem abrir mão da defesa dos interesses da categoria, sempre respeitando as decisões das assembleias, isto precisa ser ressaltado.

### Para senhor, quais serão os principais desafios de sua gestão?

Fortalecer o sindicato e defender a nossa liberdade de organização. Vivemos um momento temeroso na política nacional, onde a democracia está ameaçada, e as organizações dos trabalhadores atacadas. Neste mesmo momento precisamos enquanto sindicato avançar na luta por direitos e não apenas nos restringir a defender os atuais, isto exige muita organização e mobilização da nossa categoria com os demais trabalhadores organizados.

### Diante de uma realidade de contenção de gastos para tentar amenizar os impactos dos cortes na educação, quais serão as medidas tomadas em sua gestão para que as necessidades da categoria docente sejam atendidas?

Pressionar. Pressionar todos os responsáveis tanto da administração central, como do governo federal. Não aceitamos cortes e não compactuamos com medidas que precarizam as condições da universidade pública. Muitas demandas docentes não dependem diretamente dos recursos, tem demandas que passam pelo funcionamento da gestão da universidade, por procedimentos e ações internas que inviabilizam nossa atuação docente, para isso vamos tentar resolver nos espaços de negociação, e as que não avançarem, nas instâncias jurídicas.

### Por fim, o que o senhor tem a dizer para os companheiros docentes?

Que é hora da construção de uma grande unidade em defesa dos direitos, da democracia, e da UFRB. Somente esta unidade nos permitirá sair vitoriosos nas lutas que estão em processo, precisamos construir alternativas coletivamente, para construirmos uma educação superior de qualidade no recôncavo da Bahia. Em nome dos demais colegas da chapa ressalto nossa disposição em dirigir e lutar em defesa das demandas da categoria e dos direitos da classe trabalhadora com muito empenho nos próximos dois anos, por isto pedimos o voto de todos/as filiados/as no próximo dia 15/12.

## COMPONENTES DA CHAPA “APUR PELA BASE E DE LUTA”





## MICHEL TEMER ENVIA REFORMA DA PREVIDÊNCIA AO CONGRESSO NACIONAL

Na última terça-feira (6), o presidente Michel Temer enviou ao Congresso Nacional a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 287/16, que estabelece a Reforma da Previdência que retira direitos de boa parte dos trabalhadores, com o intuito de pagar os juros da dívida pública. Com a possível aprovação da PEC, o cidadão brasileiro terá que contribuir 50 anos para a Previdência para poder conseguir a aposentadoria integral, e pensão por morte terá que ser reduzida pela metade. Essas novas regras da previdência vão valer para homens com idade inferior a 50 anos e mulheres com menos de 45 anos.

Mesmo que na proposta do governo a idade mínima de aposentadoria, sem receber valor integral seja de 65 anos para homens e mulheres e 25 anos de contribuição, esse princípio pode ser alterado automaticamente com o passar dos anos caso ocorra aumento na expectativa de vida do brasileiro. Porém, se ocorrer queda de expectativa de vida, a regra não será modificada.

Não há diferença entre o setor privado e público, as regras serão as mesmas para os trabalhadores de ambos os setores. Caso a emenda constitucional seja publicada, todos receberão, como piso dos benefícios, o salário mínimo que, atualmente, é de R\$ 880,00. O teto, para ambos, será igual o valor máximo pago pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), que é de R\$ 5.189,82. Pela PEC 287, os benefícios serão corrigidos anualmente.



Mesmo que na proposta do governo a idade mínima de aposentadoria, sem receber valor integral seja de 65 anos para homens e mulheres e 25 anos de contribuição, esse princípio pode ser alterado automaticamente com o passar dos anos caso ocorra aumento na expectativa de vida do brasileiro. Porém, se ocorrer queda de expectativa de vida, a regra não será modificada.

No que se refere aos servidores públicos dos estados e dos municípios, haverá prazo de até dois anos para a constituição de fundos de previdência complementar. Aqueles que desejarem receber acima do teto terão que contribuir para o fundo.

A aposentadoria dos militares não está incluída na PEC. As regras previdenciárias para eles serão encaminhadas em forma de projeto de lei. Os policiais e bombeiros militares vão seguir as regras dos servidores civis e caberá aos estados

propor legislação estadual, mas isso só valerá para os futuros policiais militares. Para os atuais profissionais, caberá aos Estados e Distrito Federal definirem as regras da mudança, desde que seja considerada a idade mínima de 55 anos para reforma ou reserva remunerada.

Aqueles que defendem a modificação do sistema de Previdência Social no Brasil argumentam que ele apresenta prejuízos aos cofres públicos, e é deficitário. Contudo, tal argumento é rebatido por diversos pesquisadores e por entidades dos movimentos sindical e social que afirmam que a alegação do déficit é falsa. A Constituição prevê um sistema de Seguridade Social, composto pela Previdência Social, Saúde e da Assistência Social, que não é colocado em prática, orçamentária e financeiramente.

## MANIFESTAÇÕES NOS ESTADOS E EM BRASÍLIA DEVE MARCAR VOTAÇÃO EM SEGUNDO TURNO DA PEC 55

Docentes e técnico-administrativos de universidades estaduais, institutos e universidades federais de todo o país irão realizar novos atos contra a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 55 no próximo dia 13, data em que está prevista a votação em segundo turno da proposta no Senado. Nessa mesma data, também está prevista a votação, na Câmara dos Deputados da Medida Provisória 746, que tramita na Câmara como Projeto de Lei de Conversão (PLV) 34, e que promove a reforma do Ensino Médio e o Projeto de Lei do Senado (PLS) 204/2016, que busca legalizar o esquema de geração de grandes somas da dívida pública brasileira, além de outras medidas que atacam os direitos dos trabalhadores.

Os comandos de greve do ANDES-SN, da Fasubra e do Sinasefe irão organizar manifestações nos estados e em Brasília (DF), em conjunto com demais entidades sindicais, estudantis e movimentos sociais e populares. O Fórum das Entidades Nacionais dos Servidores Públicos Federais também irá participar das manifestações contra a PEC 55, que também pautarão a luta contra a PEC 287/2016, que promove a reforma da Previdência, e a Medida Provisória 746, que tramita na Câmara como Projeto de Lei de Conversão (PLV) 34, e que promove a reforma do Ensino Médio.

De acordo com Renata Rena, 1ª vice-presidente da Regional Leste do ANDES-SN, os comandos de greve das três entidades – ANDES-SN, Fasubra e Sinasefe – deliberaram por realizar atividades nos estados em conjunto para fortalecer o diálogo com a população e também devido à dificuldade logística para as entidades em trazer um grande número de pessoas à Brasília na próxima semana. Segundo a diretora do Sindicato Nacional, os representantes dos CNG que estiverem em Brasília (DF), realizarão em conjunto com demais entidades locais uma vigília em frente ao Congresso Nacional, durante a votação.

“É importante marcarmos a resistência à PEC 55, em relação ao segundo turno da votação. O Comando Nacional de Greve do ANDES-SN irá discutir ainda nessa quinta-feira [8] a análise de conjuntura e encaminhar orientação para as seções sindicais para que possam organizar os atos nos estados. Aí vai ficar a critério dos estados a programação e formato do ato”, completou.

No último dia 29, data da votação em 1º turno da PEC 55 no Senado, mais de 40 mil manifestantes ocuparam a Esplanada dos Ministérios em protesto contra a medida. O ato foi violentamente reprimido pela polícia militar do Distrito Federal, com bombas, balas de borracha e spray de pimenta. Dezenas de manifestantes ficaram feridos.

# CONVOCAÇÃO

"A nossa luta se unificou: é estudante junto com trabalhador!"

## Depois do #OCUPABRASÍLIA

29 NOV

# 13 DEZ #OCUPATUDOBRASIL

ato em TODOS os Estados

Em defesa d@s estudantes, das trabalhadoras e dos trabalhadores, da saúde, da educação e das políticas sociais.

Contra a PEC 55, PEC 287 e MP 746.

TODOS os Estados em LUTA!

CNG:



# CÂMARA APROVA TEXTO INICIAL DA REFORMA DO ENSINO MÉDIO

O Plenário da Câmara dos Deputados aprovou nesta quarta-feira (7) o texto principal da Medida Provisória (MP) 746/16 da Reforma do Ensino Médio, agora chamada de Projeto de Lei Convertido (PLV) 34/16. Foram 263 votos favoráveis, 106 contrários e 3 abstenções. Os destaques serão analisados na próxima terça-feira (13). Já foram apresentados 11 pedidos de modificação.

Segundo o parecer votado no Plenário, que foi aprovado na comissão mista que analisou a MP, o aumento da carga horária do ensino médio terá uma transição dentro de cinco anos da publicação da futura lei, passando das atuais 800 horas para 1.000 horas anuais. O tempo será dividido entre conteúdo comum e assuntos específicos de uma das áreas que o aluno deverá escolher: linguagens, matemática, ciências da natureza, ciências humanas e formação técnica. No parecer da comissão, as disciplinas de artes e educação física voltaram a ser obrigatórias. A comissão também aumentou, de quatro para dez anos, o período em que o governo federal deverá ajudar estados com recursos para o ensino integral.

A MP 746/16, na prática, instaura a contrarreforma do Ensino Médio e compromete todo o sistema educacional brasileiro. Entre as mudanças estão: a não obrigatoriedade do ensino de algumas disciplinas; deixar a cargo do estudante a escolha das disciplinas a



cursar; e, ainda, que profissionais sem licenciatura ou formação específica sejam contratados para ministrar aulas.

Eblin Farage, presidente do ANDES-SN, lembra que o combate à Reforma do Ensino Médio

é uma das pautas que levou à deflagração da Greve Nacional Docente. Atualmente há 44 instituições de ensino em greve contra a Reforma e contra a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 55/16. “A Reforma do Ensino Médio está entrando nesse contexto maior, de um conjunto de ataques do governo sobre a classe trabalhadora e sobre as políticas públicas. E esses ataques chegam de forma mais intensa à educação e à saúde. Para nós, essa Reforma, da maneira que foi apresentada, é ruim na forma e no conteúdo”, avalia Eblin.

“A Reforma traz uma desvalorização das licenciaturas, atinge o ensino superior quando permite a contratação de professores com “notório saber”. A Reforma também é um ataque ao ensino superior, porque é uma desvalorização do professor do ensino médio e do ensino superior. É uma desvalorização da formação. É mais um dos ataques contundentes do governo. A nossa categoria, em articulação com outros segmentos da educação e da classe trabalhadora, irá reagir à altura para tentar reverter esse projeto”, completa a presidente do ANDES-SN.

Disponível em: <http://www.andes.org.br/andes/print-ultimas-noticias.andes?id=8563>

## RELATOR ESPECIAL DA ONU ALERTA QUE PEC 55 VIOLA DIREITOS HUMANOS

Escrito por: Relatoria Especial do Conselho de Direitos Humanos da ONU

GENEVA (9 de Dezembro, 2016) – Os planos do governo de congelar o gasto social no Brasil por 20 anos são inteiramente incompatíveis com as obrigações de direitos humanos do Brasil, de acordo com o Relator Especial da ONU para extrema pobreza e direitos humanos, Philip Alston.



O efeito principal e inevitável da proposta de emenda constitucional elaborada para forçar um congelamento orçamentário como demonstração de prudência fiscal será o prejuízo aos mais pobres nas próximas décadas, alertou o Relator. A emenda, que deverá ser votada pelo Senado Brasileiro no dia 13 de Dezembro, é conhecida como PEC 55 ou o novo regime fiscal.

“Se adotada, essa emenda bloqueará gastos em níveis inadequados e rapidamente decrescentes na saúde, educação e segurança social, portanto, colocando toda uma geração futura em risco de receber uma proteção social muito abaixo dos níveis atuais.”

O Relator Especial nomeado pelo Conselho de Direitos Humanos da ONU recomendou ao Governo Brasileiro que garanta um debate público apropriado sobre a PEC 55, que estime seu impacto sobre os setores mais pobres da sociedade e que identifique outras alternativas para atingir os objetivos de austeridade.

“Uma coisa é certa”, ele ressaltou. “É completamente inapropriado congelar somente o gasto social e atar as mãos de todos os próximos governos por outras duas décadas. Se essa emenda for adotada, colocará o Brasil em uma categoria única em matéria de retrocesso social”.

O plano de mudar a Constituição para os próximos 20 anos vem de um governo que chegou ao poder depois de um impeachment e que, portanto, jamais apresentou seu programa a um eleitorado. Isso levanta ainda maiores preocupações sobre a proposta de amarrar as mãos de futuros governantes.

O Brasil é a maior economia da América Latina e sofre sua mais grave recessão em décadas, com níveis de desemprego que quase dobraram desde o início de 2015.

O Governo alega que um congelamento de gastos estabelecido na Constituição deverá aumentar a confiança de investidores, reduzindo a dívida pública e a taxa de juros, e que isso, conseqüentemente, ajudará a tirar o país da recessão. Mas o relator especial alerta que essa medida terá um impacto severo sobre os mais pobres.

“Essa é uma medida radical, desprovida de toda nuance e compaixão”, disse ele. “Vai atingir com mais força os brasileiros mais pobres e mais vulneráveis, aumentando os níveis de desigualdade em uma sociedade já extremamente desigual e, definitivamente, assinala que para o Brasil os direitos sociais terão muito baixa prioridade nos próximos vinte anos.”

Ele acrescentou: “Isso evidentemente viola as obrigações do Brasil de acordo com o Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais que o país ratificou em 1992, que veda a adoção de “medidas deliberadamente regressivas” a não ser que não exista nenhuma outra alternativa e que uma profunda consideração seja dada de modo a garantir que as medidas adotadas sejam necessárias e proporcionais.”

O Sr. Alston apontou que, nas últimas décadas, o Brasil estabeleceu um impressionante sistema de proteção social voltado para erradicar a pobreza e o reconhecimento dos direitos à educação, saúde, trabalho e segurança social.

“Essas políticas contribuíram substancialmente para reduzir os níveis de pobreza e desigualdade no país. Seria um erro histórico atrasar o relógio nesse momento,” disse ele.

O Plano Nacional de Educação no Brasil clama pelo aumento de 37 bilhões de reais anualmente para prover uma educação de qualidade para todos os estudantes, enquanto a PEC reduzirá o

gasto planejado em 47 bilhões de reais nos próximos oito anos. Com mais de 3,8 milhões de crianças fora da escola, o Brasil não pode ignorar o direito deles de ir à escola, nem os direitos de todas as crianças a uma educação de qualidade.

O debate sobre a PEC 55 foi apressadamente conduzido no Congresso Nacional pelo novo Governo com a limitada participação dos grupos afetados, e sem considerar seu impacto nos direitos humanos. Um estudo recente sugere que 43% dos brasileiros não conhecem a emenda, e entre aqueles que conhecem, a maioria se opõe a ela.

O relator especial, que está em contato com o Governo Brasileiro para entender melhor o processo e a substância da emenda proposta, ressaltou que “mostrar prudência econômica e fiscal e respeitar as normas internacionais de direitos humanos não são objetivos mutuamente excludentes, já que ambos focam na importância de desenhar medidas cuidadosamente de forma a evitar ao máximo o impacto negativo sobre as pessoas.”

“Efeitos diretamente negativos têm que ser equilibrados com potenciais ganhos a longo prazo, assim como esforços para proteger os mais vulneráveis e os mais pobres na sociedade”, disse ele.

“Estudos econômicos internacionais, incluindo pesquisas do Fundo Monetário Internacional, mostram que a consolidação fiscal tipicamente tem efeitos de curto prazo, reduzindo a renda, aumentando o desemprego e a desigualdade de renda. E a longo prazo, não existe evidência empírica que sugira que essas medidas alcançarão os objetivos sugeridos pelo Governo,” salientou o relator especial.

O apelo do Sr. Alston às autoridades brasileiras foi endossado também pelos a Relatora Especial sobre o Direito à Educação, Sra. Koumbou Boly Barry.

FIM

*Os Relatores Especiais são parte do que é conhecido como Procedimentos Especiais do Conselho de Direitos Humanos. Procedimentos Especiais, o maior corpo de peritos independentes do sistema ONU para Direitos Humanos, é o nome dado aos mecanismos independentes para monitoramento do Conselho. Relatores especiais são especialistas em direitos humanos apontados pelo Conselho de Direitos Humanos para tratar de questões específicas de país ou temáticas em todo o mundo. Eles não são funcionários da ONU e são independentes de qualquer governo ou organização. Eles servem em capacidade individual e não recebem salário por seu trabalho. Para mais informações, consulte: <http://www.ohchr.org/EN/HRBodies/SP/Pages/Welcomepage.aspx>*

# REUNIÃO SINDICAL NOS CENTROS

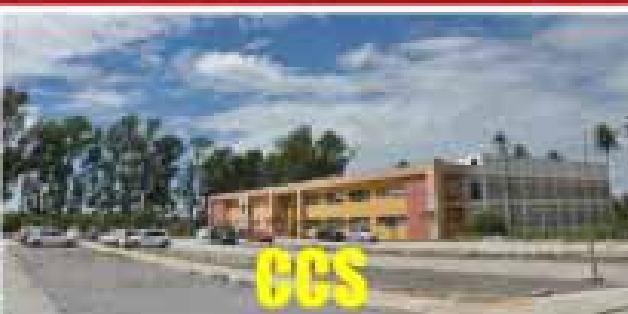


# APUR

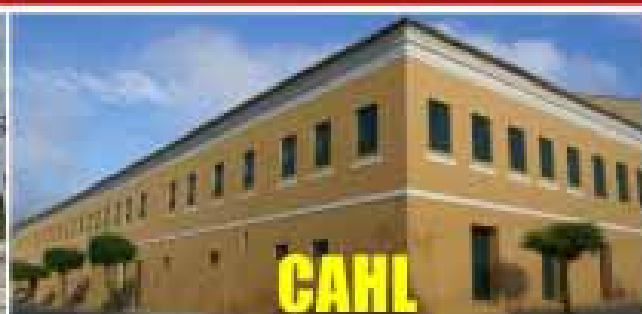
ASSOCIAÇÃO DOS PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS DO RECÔNCAVO



**CFP**



**CCS**



**CAHL**



**CETENS**



**CETEC**



**CCAAB**



**CECULT**

**Dia: 15/12**  
**10 horas**

## **Pauta:**

- 1. Informes**
- 2. Retirada de direitos ( PEC 55, reforma da previdência)**
- 3. A crise orçamentária da UFRB em 2017**